

A casa dos meus avós no bairro de Alvalade: considerações entre o projeto arquitetónico e a vida de uma família

**My grandparents' house at Alvalade's neighbourhood:
considerations between the architectural project and
the life of a family**

Diana Lopes Pereira*

ANTES DA CASA: OS PROJETOS DE VIDA

■ O encontro entre os meus avós deu-se em 1943, quando o meu avô veio viver para Lisboa e alugou um quarto em casa dos meus bisavôs Godinho. A família Godinho morava no primeiro andar de uma vivenda no bairro de Santos ao Rego, sendo o rés-do-chão ocupado pelo negócio da família: uma mercearia. A minha avó, Rosa da Conceição Godinho, era a mais velha de três irmãs. Filhas de um republicano cresceram a ouvir o seu pai dizer que queria que as filhas tivessem uma profissão que as tornasse economicamente independentes dos seus futuros maridos. Quando projetava a vida das filhas, o meu bisavô dizia que a mais velha seria médica, a segunda advogada e a terceira acabou por escolher ser professora. Contudo, a minha avó pedia-lhe para ser pianista.

* Diana Lopes Pereira é licenciada em História da Arte pela FCSH-Universidade Nova de Lisboa (2005-2008), fez pós-graduação em Jardins Históricos pela University of Greenwich (2010) e mestrado em Museum Studies pela University of East Anglia (2011). Mediadora cultural, colabora com o serviço educativo do Museu Gulbenkian desde 2013. Desenvolve e participa em projetos artístico-sociais de carácter comunitário, colaborando na produção e na mediação entre comunidades, arquitetos, artistas e outros agentes: Casa do Vapor (2013), Opereta A Mar (2014), Cozinha Comunitária das Terras da Costa (2015).

Correio eletrónico: dianalopespereira@gmail.com

Desde menina que gostava de ouvir uma vizinha tocar piano. O mais extraordinário é que a senhora era surda; ficaram muito amigas porque a minha avó aprendeu linguagem gestual e se tornou no elo de comunicação entre a senhora e o mundo. Mas a única resposta que a minha avó ouviu foi *não*: não a ser pianista, não a ser bailarina, não a ser pintora. Frustrada por não poder estudar artes, a minha avó decidiu também não fazer a vontade ao seu pai e, em vez de medicina, escolheu aprender o ofício de alfaiate.

O meu avô, José da Conceição Lopes, veio da região de Tomar para trabalhar com o seu irmão mais velho na construção civil. A família Lopes tinha um moinho e sete filhos para sustentar. Numa região onde as terras são pouco férteis, o projeto de vida da maioria dos jovens não era uma escolha mas uma condição: migrar à procura de trabalho. Os rapazes da geração do meu avô eram chamados para virem para Lisboa pelos familiares e amigos que na década de 20 tinham começado a investir na construção civil e liam nas diretrizes do *Plano geral de urbanização e expansão de Lisboa* (PGUEL) de 1938 a oportunidade de um volume crescente de trabalho.

Os meus avós casaram-se a 18 de dezembro de 1944 e tiveram o primeiro filho, Jorge, em 1945. Dois anos depois, o segundo filho, José Manuel e em 1950, quando esperavam o terceiro, saíram da casa da família Godinho e mudaram-se para Alvalade: foram viver para o 1º direito, do número 11, da rua Acácio de Paiva.

CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DO BAIRRO DE ALVALADE E PROPOSTAS PARA CONSIDERAÇÃO

Em 1950 Guimarães Lobato apresentou *O problema da habitação em Lisboa* no II Congresso das Capitais¹, analisando como a Câmara Municipal de Lisboa (CML) a partir da década de 30 do século XX propôs sucessivos programas que pudessem responder aos problemas de habitação inerentes ao aumento da população da cidade, sendo que na primeira metade do século XX se verificou um crescimento de cerca de 136% (356 009 habitantes em 1900 para 840 000 em 1950).

Entre essas medidas destaca-se o programa das *casas económicas* (1933) destinado a famílias com baixos recursos económicos². A proposta do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, criado em 1932 e dirigido por Duarte Pacheco, era reforçada pela ideologia da autodesignada *Política do Espírito* que António Ferro desenvolveu com o Secretariado de Propaganda Nacional, a partir de 1933.

A família exige por si mesma duas coisas outras instituições: a propriedade privada e a herança. (...) A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra, exige a casa, a casa independente, a nossa casa³.

¹ LOBATO, Luís Guimarães - *O problema da habitação em Lisboa: subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Câmara Municipal, 1950. Comunicação apresentada no II Congresso das Capitais, Lisboa, 1950.

² COSTA, João Pedro - *Bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português*. 4ª ed. Lisboa: Livros do Horizonte, 2010. p. 19.

³ SALAZAR, António de Oliveira [et al.] - Uma época em palavras e imagens: extratos. *Arquitectura*. Lisboa: [s.n.]. Nº 142 (1981), p. 50.

Assim, para o programa de casas económicas propunha-se um modelo de *casa portuguesa* humilde, assente na tipologia da casa unifamiliar e associada a uma estética que recriava uma visão idílica da vida campestre, expressando os valores que sustentavam o regime do Estado Novo: “autoridade, disciplina e ordem, por um lado, e o culto da nacionalidade, da família e do mundo rural”⁴. Do programa resultou a construção de vários bairros, entre o quais o do Alvito (1937), do Alto da Boa Vista (1939-40) ou de Campolide (1943).

A par do programa de habitação, a política de obras públicas incentivou a construção de edifícios públicos procurando, por sua vez, uma expressão de grandeza e monumentalidade assente em modelos historicistas nacionais de vocabulário neoclássico⁵. No entanto, a diversidade de propostas que simultaneamente se construía oscilavam, por exemplo, entre a *Casa portuguesa* de Raul Lino (1879-1974) ou arquitetos que tentavam ultrapassar valores tradicionalistas como Pardal Monteiro (1897-1957) com a construção do Instituto Superior Técnico (1929-1936).

Em 1938 Duarte Pacheco torna-se presidente da CML, em acumulação com a pasta de ministro de obras públicas e inicia uma política urbana da cidade que conta com a participação do arquiteto-urbanista De Gröer. Em conjunto com Faria da Costa (1906-1971) definem no PGUEL as grandes linhas de desenvolvimento da cidade incluindo, na expansão a norte, a urbanização do que viria a chamar-se bairro de Alvalade. Até 1948 desenvolve-se o estudo analítico de base ao Plano diretor da cidade de Lisboa e o sítio de Alvalade (1947) correspondia inicialmente à *Planta da zona compreendida entre a avenida Alferes Malheiro e a travessa Henrique Cardoso*.

Com uma área de 230 ha, o bairro de Alvalade “propunha, pela primeira vez, edifícios colectivos destinados a habitação social apoiados numa série de equipamentos sociais”⁶ – escolas, mercados, centros cívicos e parque desportivo. Dadas as carências de habitação que se avolumavam em 1945, encontrou-se na urbanização de Alvalade a primeira concessão de Salazar ao modelo da casa portuguesa, definindo-se

a modalidade de *casas de renda económica*, viradas para as classes médias urbanas, que permitia pela primeira vez edifícios plurifamiliares, fixando em cerca de quatro o número máximo de pisos⁷.

A partir da estrutura viária principal, o plano de urbanização definiu oito células habitacionais, cada uma destinada a 4.000/5.000 habitantes. Assim, propunha-se o desenvolvimento da vida de bairro em torno do equipamento escolar, tido como unidade de vizinhança. Segundo este conceito a distância máxima à escola seria de 500 m, o que possibilitaria que a mesma fosse feita a pé⁸.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 16.

⁵ FERNANDES, José Manuel; PEREIRA, Nuno Teotónio - A arquitetura do fascismo em Portugal. *Arquitetura Portuguesa*. Lisboa: [s.n.]. Nº 142 (1981), p. 38.

⁶ TOSTÕES, Ana Cristina - Arquitetura portuguesa do século XX. In PEREIRA, Paulo, dir. - *História da arte portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. vol. 3, p. 533.

⁷ COSTA, J.P., ob. cit., p. 21.

⁸ Idem, *ibidem*.

A construção das casas de renda económica, enquadrada na primeira fase de construção das células 1 e 2 (1945-47), foi projetada pelo arquiteto Jacobetty Rosa (1901-1970) e assegurada pelo Município. Iremos debruçar-nos mais pormenorizadamente nos princípios que presidiram à sua construção pois informaram as experiências de construção das células seguintes e, em particular, a célula 3 que propõe, em 1947, a modalidade de prédios de rendimento com renda limitada baseada na cedência em hasta pública dos terrenos municipais. O presente artigo tem como objeto de estudo esta modalidade de casa unifamiliar de edifícios de habitação urbana que definiu o desenho da célula 3. Esta célula foi projetada entre 1947-48 pelo arquiteto Fernando Silva (1914-1983) e foi aqui que os meus avós se instalaram, mais precisamente na rua Acácio de Paiva, número 11, 1º direito.

Partindo da análise da casa, pretende-se alargar a noções de desenvolvimento da vida de bairro e de práticas urbanísticas que lhe são inerentes. Interessa-nos compreender como no primeiro momento de construção de Alvalade (células 1, 2 e 3 entre 1945-48), se propõem soluções de compromisso entre princípios do movimento moderno com conceitos de cidade tradicional e de cidade-jardim. Simultaneamente, esta arquitetura consolidava modelos definidos pelo Estado Novo que iriam ser postos em causa precisamente em 1948, no I Congresso Nacional de Arquitetura e abandonados no ano seguinte nomeadamente no projeto da célula 8.

Simultaneamente, recorre-se aos testemunhos dos habitantes que ainda se encontram vivos e, desta forma, participam na presente análise aspetos imateriais da vida familiar tais como projetos de vida, memória e tempo. O cruzamento destas abordagens permite-nos considerar a casa enquanto projeto arquitetónico mas também experiência completa de apropriação pelo(s) indivíduo(s), ou seja, uma interiorização que se desenvolve no espaço e ao longo do tempo. Mais do que apresentar conclusões este cruzamento pretende levantar questões e pistas para futuras investigações.

A CASA RACIONAL E NOVOS PROCESSOS CONSTRUTIVOS

Em 1945, o arquiteto Jacobetty Rosa desenvolve projetos de casas económicas enquadradas no programa de edificação das células 1 e 2 do bairro de Alvalade. No mesmo ano, os estudos são apresentados numa exposição, organizada pela CML, chamada *Plano de urbanização da zona a sul da avenida Alferes Malheiro*, inaugurada em julho, no átrio dos Paços do Concelho⁹. Ao mesmo tempo a *Revista municipal*, igualmente da CML, publica o artigo *Grandes problemas de Lisboa: a construção de casas de renda económica*¹⁰. Embora o artigo não esteja assinado,

⁹ ANDRÉ, Paula - *Viagens e construções experimentais: investigação e inovação na cidade* [Em linha]. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINÂMIA'CET-IUL, 2012. Trabalho apresentado em Segundas Jornadas de Investigação e Inovação: Cidades e Desenvolvimento, Lisboa, 2012. p. 3. [Consult. 30.12.2015]. Disponível na Internet: http://jornadas2012.inec.pt/site_2_Cidades_e_Developolvimento/RESUMOS/T3_ANDRE_r054.pdf.

¹⁰ LISBOA, Câmara Municipal - *Grandes problemas de Lisboa: a construção de casas de renda económica. Revista Municipal* [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal. Nº 26 (1945), p. 33-50 [Consult. 28.12.2015]. Disponível na Internet: http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N26/N26_item1/P37.html.

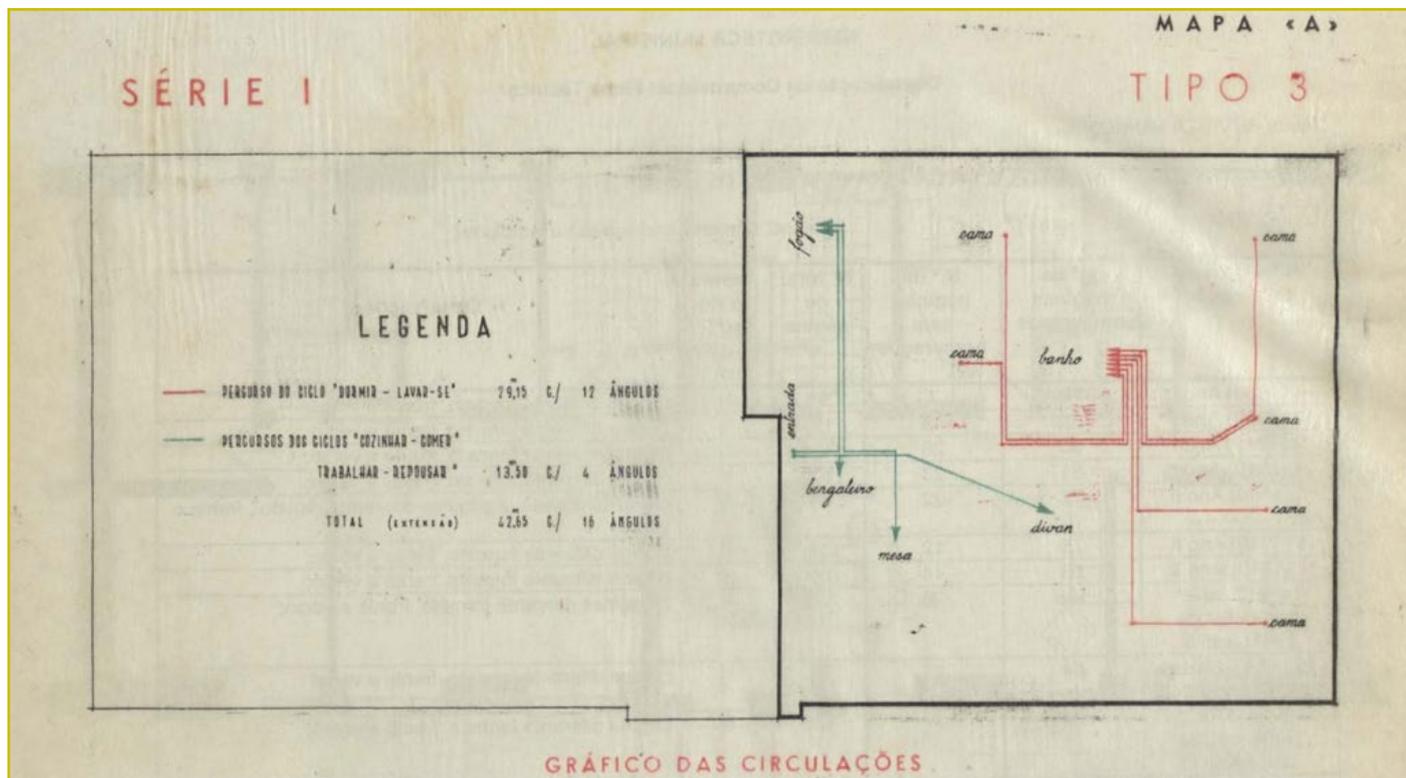


Figura 1 Estudo para Casas de Renda Económica de Alvalade – Gráfico das Circulações. LISBOA. Câmara Municipal - Grandes problemas de Lisboa: a construção de casas de renda económica. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Nº 26 (1945), p. 39.

Paula André, em *Viagens e construções experimentais: investigação e inovação na cidade* (2012), põe a hipótese que o artigo seja da autoria do arquiteto Jacobetty Rosa, pela semelhança com a comunicação que o próprio apresentaria em 1948 no I Congresso Nacional de Arquitetura, intitulada por “Estudo de casas de renda económica”.

O artigo apresenta a memória descritiva e os princípios modernos para racionalização da casa que presidiram ao projeto: higiene - sistema de esgotos e água; conforto - sistema de eletricidade, luz direta em todas as divisões, acesso direto à casa; importância do aspeto estético das fachadas; adaptação às funções da vida caseira resumidas nos “ciclos: «cozinhar-comer», «trabalhar-reposar» e «dormir-lavar-se»”¹¹, fazendo-se referência ao “repouso da família, mas especialmente ao trabalho da dona de casa, ou de quem governa a mesma e, ainda, às lides de serviços, quando os haja, e ao trabalho do chefe de família e dos filhos”¹². Subjacente aos princípios, estava a necessidade da redução das áreas de forma a permitir residências a “preços comportáveis mas sem comprometer o nível de qualidade da habitação.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 35.

¹² Idem, *ibidem*, p. 34.

Para a redução das áreas, Jacobetty Rosa considerou as tipologias das casas segundo as pesquisas da época, utilizando o “Métodos dos Sinais” e métodos gráficos preconizados por Alessandro Klein (1879-1961) e expostos por Enrico A. Griffini (1887-1952) no seu livro “Construzione regionale della casa”. O artigo ilustrava os estudos através de diferentes gráficos, entre as quais *O gráfico das circulações* também aqui apresentado, um mapa de análise de comportamentos adstritos aos ciclos de funções, e o escolhido como solução final para a casa de renda económica tipo 3 da série I.

O objetivo desta análise era reduzir o tempo e dispêndio de energia na realização das funções e evitar interceções entre percursos que trouxessem “embaraço para a vida doméstica”, o que dificultaria “uma boa utilização simultânea de todas as dependências”¹³. Como resultado, simplificam-se os percursos, encurtam-se as distâncias (média do número de passos) e minimizam-se o número de mudanças de direção (ângulos). Por outro lado, agrupam-se as divisões consoante as suas funções, colocando-se “junto da entrada as divisões destinadas ao serviço e permanência diurna” e agrupando-se “os quartos e casas de banho, dando-lhes um acesso fácil e lógico”. A partir da análise destes gráficos opta-se, por exemplo, por abandonar a preocupação de ligar “os esgotos das cozinhas com os das casas de banho, a despeito da economia [orçamental] que daí poderia resultar”¹⁴.

Assim, estes exemplos demonstravam como os métodos da racionalização moderna contribuíam também para aspetos intuitivos da vivência doméstica, ou seja, ao se calcular a energia despendida no acelerar e afrouxar do passo ou nas mudanças bruscas de direção, consideravam-se igualmente jogos de luz e sombra e a impressão geral da habitação mediante a disposição dos compartimentos - a sua sucessão ou visão simultânea¹⁵.

A par destas pesquisas sobre a organização do espaço interior desenhado em função dos ciclos de atividades, desenvolveu-se uma intensa investigação e experimentação de novos materiais e processos construtivos. De facto, para se alcançar a economia necessária do custo de obra, dar resposta ao volume de obras e continuidade do plano estabelecido, era fundamental a adoção de novos métodos de produção pré-fabricados que ainda não se praticavam em Portugal. Para isso, Jacobetty Rosa e o engenheiro Eduardo Arantes de Oliveira (1907-1982), chefe da Repartição de Obras, realizaram uma viagem de estudo a Inglaterra¹⁶. Para além de se estudarem os métodos construtivos a adotar adquiriram-se, nomeadamente, equipamentos industriais para a produção de britas e para o fabrico de blocos de betão¹⁷.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 35.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 38.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 36-37.

¹⁶ ANDRÉ, P., ob. cit., p. 4.

¹⁷ LISBOA. Câmara Municipal - *A urbanização do sítio de Alvalade*. Lisboa: Câmara Municipal, 1948. p. 18.

Essas experiências foram apresentadas por Guimarães Lobato no II Congresso das Capitais (1950) e publicadas no artigo *A experiência de Alvalade*, na revista *Técnica* (1951). Explica-se como no campo da construção civil se procurou normalizar a produção de materiais e sistematizar processos construtivos, recorrendo-se a materiais mais económicos mas de produção estabilizada. A título de exemplo, é referido que a CML adquiriu uma instalação para o fabrico de blocos de betão para alvenaria, uma vez reconhecidas as vantagens relativamente aos de pedra ou tijolo; estabeleceram-se empreitadas independentes para o fornecimento de materiais, tais como: as caixilharias de tipo económico, tubagens de grés, ladrilhos de cimento ou loiças sanitárias; normalizou-se o fabrico de tubagens destinadas às redes de esgotos, água e eletricidade; e calculou-se que os pavimentos em madeira eram mais económicos que os de betão armado ou outros¹⁸.

Neste duplo processo de investigação e experimentação de materiais, a CML recorreu ao Centro de Estudos de Engenharia Civil, anexo ao Laboratório de Elasticidade e de Resistência de Materiais, do IST. Uma colaboração que se manteve até 1949 e que iria informar decisivamente o futuro desenvolvimento do Laboratório Nacional de Engenharia Civil¹⁹.

A CÉLULA 3 OU BAIRRO COMERCIAL

João Pedro Costa, em *O bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português*, sublinha como a capacidade experimental das propostas habitacionais em Alvalade resultou da riqueza das propostas do plano de urbanização inicial e da forma como a gestão da urbanização foi realizada²⁰. Uma urbanização implementada por partes, iniciada e acompanhada por Faria da Costa, e que admitiu, ao longo de 25 anos, o aperfeiçoamento das soluções experimentadas e a evolução de conceitos urbanísticos para a concretização de “várias unidades de urbanização localizadas, projetadas por autores diferentes e com desenho urbano e arquitectónico diferente”²¹. Autêntico laboratório experimental de propostas para habitação, a urbanização de Alvalade conservou, no entanto, a sua coerência enquanto conjunto²².

J. P. Costa demonstra como em Alvalade nenhum modelo urbanístico foi considerado como *ideal* procurando-se antes tirar partido de vários modelos para a resolução de problemas determinados. Da prática do movimento moderno assinala-se o estudo sistematizado do fogo, bem como a construção de casas em série: o “recurso

¹⁸ LOBATO, Luís Guimarães - A experiência de Alvalade. *Técnica: Revista de Engenharia* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 1951. N.º 209-210 (1951), p. 334 [Consult. 28.12.2015]. Disponível na Internet: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/ExposicoesVirtuais/Alvalade/bairroConstrucao/Tecnica_revistadeEngenharia_N209-210_Fev-Mar1951_p329-340.PDF.

¹⁹ ANDRÉ, P., ob. cit., p. 6.

²⁰ COSTA, J.P., ob. cit., p. 10.

²¹ Idem, *ibidem*.

²² Idem, *ibidem*.

sistemático ao fogo tipo como base de desenho da cidade”²³. Outra característica foi a aplicação de formas de zonamento funcional²⁴, nomeadamente, dentro da célula 3 as zonas comercial e de indústria local e artesanato.

Situada entre a avenida de Igreja, avenida Rio de Janeiro, avenida de Roma e com a zona de comércio artesanal/ indústrias não poluente a norte, construção da célula 3 tornou-se urgente para se abrirem estabelecimentos comerciais que apoiassem os cerca de 8.400 habitantes que se instalavam nas primeiras células numa época em que esta zona da cidade ainda se encontrava bastante isolada²⁵. O programa da célula 3 deveu-se em grande parte à nova figura legal das *casas de renda limitada* (1947) que não estava inicialmente prevista no plano de habitação: “São casas que previam a construção em terrenos particulares, através da fixação de uma renda limite, ou em terrenos municipais, através da sua alienação em formas fiscais”²⁶.

Entre 1947 e 1948, Fernando Silva estudou as tipologias de edifícios a aplicar e que, dentro do novo quadro legal, permitia edifícios de usos mistos - piso térreo comercial e pisos superiores para habitação. Aproveitando-se soluções construtivas realizadas nas casas de renda económicas²⁷ realizaram-se cinco projetos-tipo, com variantes para situações de gaveto²⁸.

Na célula 3, assiste-se à evolução do quarteirão tradicional, aqui apresentado em forma de ‘U’, fechado no topo norte por edifícios comerciais de 1 piso. É um pequeno ajuste relativamente ao plano de 1945, onde se previa um quarteirão completamente fechado²⁹. Da cidade tradicional aplica-se a definição da rua-canal bem como os



Figura 2 Igreja São João de Brito, fachada principal, 1959. Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Armando Serôdio, PT/AMLSB/SER/I00346.

²³ Idem, *ibidem*, p. 180.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 29.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 58.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 57.

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 60.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 59.

²⁹ Idem, *ibidem*.

conceitos de avenida e de praças que se apresentam como “marcos estruturantes do desenho da cidade, mesmo que recorrendo à arquitetura moderna para o desenho dos edifícios³⁰”. É disso exemplo a avenida da Igreja que termina no extremo este com a praça da igreja São João de Brito, inaugurada a 1955.

Finalmente, o modelo de cidade-jardim aplica-se na multiplicação dos espaços verdes, seja nas praças como nas zonas envolventes ligadas aos equipamentos escolares, seja no interior dos quarteirões ou nos parques envolventes do bairro³¹. A relação entre edificado e zonas verdes variou de célula para célula e na célula 3 esta relação depende sobretudo do logradouro do quarteirão, pois ao contrário do que acontece noutras células habitacionais, a função comercial excluía, por exemplo, soluções como o canteiro entre o passeio e a fachada dos edifícios ou a arborização dos passeios das ruas, salvo no caso da avenida da Igreja³².

A célula inclui um mercado municipal em grande escala que continua ativo, bem como várias lojas e indústrias que se mantêm desde os anos 50, entre as quais, drogeries, pastelarias, carpintarias, vidrarias. Projetada com o nome de bairro Comercial, esta célula é conhecida como bairro da avenida da Igreja e foi habitada sobretudo por famílias dos construtores civis da região de Tomar que participaram na própria construção do bairro. É um tema que mereceria um estudo mais aprofundado e que foge ao escopo do presente trabalho. No entanto, os poucos testemunhos orais que recolhemos permitem-nos relacionar a origem dos habitantes com a temática das unidades de vizinhança e a dinâmica própria do bairro: América Marques, vizinha e amiga dos meus avós, comenta como a igreja de São João de Brito era procurada pelos “patos-bravos que vinham de uma região muito católica. Na missa de domingo, a Igreja ficava completamente cheia e muitas pessoas ficavam à porta.” Outros equipamentos, como o mercado, os cafés, os parques públicos e a casa do concelho de Tomar com sede na rua Flores de Lima desde 1969, operaram como unidades de vizinhança, para além das escolas.

O I Congresso Nacional de Arquitetura, promovido por iniciativa do governo para celebrar os «15 anos de obras públicas», marcou uma viragem na postura de muitos profissionais, que aproveitaram o facto de as comunicações apresentadas não terem sido alvo de censura para condenarem a arquitetura do regime e fazerem a apologia do movimento moderno e da carta de Atenas³³. Em 1949 os projetos do bairro das Estacas e a avenida D. Rodrigo da Cunha já denotam uma linguagem arquitetónica e uma evolução de conceitos urbanísticos em direção às propostas do movimento moderno³⁴. Segue-se na década de 50 a concretização da avenida dos Estados Unidos da América que superava a imagem tradicional do primeiro momento de Alvalade, concretizando-se “num mostruário da mais recente produção arquitetónica da cidade, visão emblemática da “nova Lisboa” que se urbanizava³⁵”.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 179.

³¹ Idem, *ibidem*.

³² Idem, *ibidem*, p. 174.

³³ PEREIRA, Nuno Teotónio – A arquitetura de regime: 1938-1948. In BECKER, Annette [et al.] – *Arquitetura do século XX: Portugal*. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1998. p. 38.

³⁴ COSTA, J.P., ob. cit., p. 95.

³⁵ TOSTÕES, A.C., ob. cit., p. 534.

A primeira ilação é que, uma vez que o projeto de vida dos meus avós não correspondia à tipologia de casa em que se instalavam (para 1 ou 2 filhos do mesmo género), a casa foi desde sempre adaptada a uma vivência diferente daquela para que foi projetada. Esta premissa apresenta-se como contraditória da herança do movimento moderno, hoje assimilada, que considera “que o processo criativo do espaço e da obra de arquitetura é um produto acabado”³⁶.

A leitura da casa que nos propomos fazer, para além de considerar os aspetos espaciais, formais e técnicos, pretende analisar a «ordem temporal da casa», segundo as ideias de Kimberly Dovey³⁷. Para tal, tomam-se como ponto de partida os 3 ciclos de atividades que presidiram ao seu projeto e recorrem-se às memórias dos meus tios e da minha mãe. Esta leitura permite-nos relacionar a vida doméstica com os espaços e funções da casa e, simultaneamente, extrapolar para ciclos de temporalidades diferentes: do ciclo diário ao anual, do ciclo da vida individual aos ciclos familiares e, ainda, incluir os ciclos de vida de diferentes materiais utilizados na construção da casa. Finalmente, permite-nos observar a casa do ponto de vista dos hábitos e rotinas que levam à apropriação do espaço pelo indivíduo.

Antes da leitura da casa, uma breve nota a propósito de uma designação criada para narrar a história da casa: *as remodelações de 60*. Apercebemo-nos durante a recolha de memórias, que a década de 60 foi um período em que a decoração interior de praticamente todas as divisões foi alterada e se realizaram algumas obras. Estas alterações aconteceram faseadamente ao longo de anos e revelou-se impossível listá-las cronologicamente, pois já não há memória de quando ocorreram. Por isso, decidiu-se englobá-las numa designação abrangente de *remodelações de 60*.

Começamos por analisar a planta, fogo-tipo 4, seguindo a ordem das legendas e acrescenta-se nesta leitura: «10. Varanda-Marquise».

1. Vestíbulo – o termo ‘vestíbulo’ nunca foi utilizado, mas sim ‘entrada’.

2. Sala de estar – começou por ser o escritório do meu avô. Em 1958, passou também a ser o quarto dos meus tios. Apesar de o meu avô sempre ter mantido a sua escrivaninha nesta divisão, trabalhava no escritório na rua Luís Augusto Palmeirim. Nas *remodelações de 60* as camas de crianças dos meus tios foram substituídas por camas de adulto e foram comprados móveis com escrivaninhas integradas. Na década de 80, depois dos meus tios se casarem e saírem de casa, o quarto-escritório passou a ser sala de estar-escritório, com canapé e duas cadeiras e um novo móvel que integrava a escrivaninha do meu avô.

³⁶ OLIVEIRA, Avelino – *A casa compreensiva: um percurso sobre a concepção arquitetónica das tipologias de habitação*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015. p. 248.

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 210.

3. Sala de jantar – e sala de todas as refeições, mas era de facto à hora de jantar que a família se reunia. Inicialmente para além da mesa, um móvel com um gira-discos e por cima um relógio de pêndulo. Nas *remodelações de 60* adquiriu-se um conjunto de mobília de sala de jantar ao estilo D. Maria: ao centro uma mesa retangular para 6 pessoas, com possibilidade de ser aumentada com 2 tábuas; junto às paredes um louceiro (sul), um aparador (norte) e uma cristaleira (este). A parede oeste deu lugar à abertura de acesso para a marquise. A cristaleira foi adaptada para incorporar a televisão (adquirida por volta de 1968). Por cima da mesa, um candeeiro de lustre em cristal. A minha mãe comenta como sempre achou a sala de jantar austera por nunca ter um sofá para se sentar.

4. Quarto (sul) – o quarto dos meus avós. Neste quarto faleceu o filho mais velho dos meus avós (1949), nasceram o meu tio Carlos (1950) e a minha mãe (1956) e foi onde faleceu o meu avô (1924-2011). Nas *remodelações de 60*, foi comprado um conjunto estilo D. Maria que inclui: cama de casal, duas mesinhas de cabeceira, toucador, cómoda e guarda-fatos. Ainda enquanto o meu avô era vivo, o quarto teve de ser desfeito: a cama de casal foi substituída por uma cama articulada e uma cama de solteiro, a cómoda arrumada no quarto (norte) e em cima do toucador colocada uma pequena televisão.

4. Quarto (norte) – inicialmente o quarto dos rapazes, passou a ser o quarto da minha mãe, em 1958. Quando a minha mãe teria uns 6 anos de idade, escolheu que o seu quarto fosse mobilado como o quarto de uma vizinha: uma estante presa ao longo da parede norte, composta a um lado por uma escrivaninha e a outro por várias prateleiras, tendo por baixo a cama. Na parede sul, estavam o armário e o piano. Quando a minha mãe se casou e saiu de casa levou o piano e, nos últimos anos, a cómoda da minha avó foi para ali trazida. Apesar de outras pequenas mudanças, a estante ao longo da parede mantém-se e dá a sensação de que o quarto continua igual. Hoje em dia é o quarto de hóspedes.

5. Quarto da criada – dá acesso ao ponto 9. Banho da criada. A criada chamava-se Graça e veio para casa dos meus avós quando a minha mãe teria uns dois anos (1958) e só deixou de trabalhar poucos anos antes de a minha mãe se casar (1985). O quarto incluía uma cama de solteiro e um pequeno armário. Depois da Graça, o quarto foi ocupado pela Zulmira que esteve em casa dos meus avós até por volta de 2000. Em 2005 os meus avós precisaram novamente de estar acompanhados e tiveram várias empregadas internas e o quarto integrou uma secretária para os seus computadores pessoais.

6. Cozinha – A cozinha era alugada sem eletrodomésticos, estava praticamente vazia apenas com lava-loiças em mármore e tanque de lavar a roupa. As paredes eram revestidas com azulejos que iam até à altura de 1,5m e o chão com mosaico hidráulico de cor uniforme³⁸. Inicialmente, a loiça arrumava-se na ‘grade’ – um pequeno suporte de parede no qual os pratos ficavam ao alto; copos, tigelas e travessas em prateleiras e as canecas eram pendurados em ganchos por baixo. Nas *remodelações de 60*, mudaram-se os azulejos do chão e das paredes, incorporaram-se armários, foi comprada a máquina de lavar roupa e introduziu-se um esquentador que permitia

³⁸ AML, *Obra n.º 13300*, Processo n.º 12722/DAG/PG/1948, tomo 1, f. 46.

passar a ter água quente na cozinha e trazer segurança à casa de banho. Nos anos 2000, adquiriram o micro-ondas e a máquina de lavar loiça e o lava-loiça passou a ser em inox.

7. Copa – Logo na década de 50, mandou-se fazer um armário ao longo do corredor que incluía uma cama de abrir. Ali dormiam familiares ou amigos de passagem, como a Zulmira, uma amiga que procurava um quarto para alugar. Acordaram que em troca da estadia, faria arranjos de costura mas a Zulmira acabou por ficar a viver 20 anos na copa e mudou-se para o quarto da Graça quando esta se reformou.

8. Casa de banho – Completamente transformada: para além de se retirar o esquentador do seu interior, as paredes foram revestidas com novos azulejos e o mosaico hidráulico do chão substituído por oleado. Nos anos 2000, a banheira foi substituída por polibã no dia em que o meu avô sofreu uma queda.

9. Banho da Criada – O nome é enganador, pois nunca houve possibilidade de ali se tomar banho por só haver sanita e lavatório.

10. Varanda-marquise – A varanda foi transformada em marquise nas *remodelações de 60*. O chão original em mosaico hidráulico foi feito à semelhança do resto da casa, com soalho de madeira à maneira inglesa em disposição de espinha de peixe. Tornou-se na sala de costura da minha avó, com as máquina de costura e de tricotar e o único sofá que existia em casa. Virada a poente, a marquise é simultaneamente o lugar mais quente e mais frio da casa devido às janelas em ferro e vidro. As portas para a antiga varanda deram lugar a uma enorme abertura para a sala de jantar que ficava exposta às oscilações de temperatura. Nesta abertura colocaram-se dois longos reposteiros, corridos todas as noites, marcando o momento da hora do jantar e o recolhimento da noite.

A memória descritiva do arquiteto Fernando Silva divide a casa em “3 zonas destinadas respectivamente a recepção, íntima e de serviço”³⁹.

Uma planta quadrada que tem a sala de jantar enquanto espaço centrípeto – espaço de reunião e intimidade familiar, sendo as refeições, o momento e o motivo por excelência desse convívio. Este espaço tem acesso direto ao vestíbulo e na casa dos meus avós, para além de espaço de reunião familiar, foi o único espaço de recepção dos convidados, mesmo quando a sala de estar já se encontrava mobilada enquanto tal. É curioso reparar como, na memória descritiva do projeto, se hesita entre os termos ‘sala de estar’ e ‘sala de visitas’ o que demonstra que este espaço remetia para um uso tradicional da casa das elites lisboetas – um espaço de encenação da vida privada perante os convidados mas longe da informalidade quotidiana⁴⁰.

De facto, a planta desta *casa de renda limitada* deixa patente como as hierarquias aqui se esbatem - como demonstra a única entrada partilhada por *senhores* e *criados* -, bem como a necessidade de adaptação a contextos familiares

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 51.

⁴⁰ PEREIRA, Sandra Marques – Cenários do quotidiano doméstico: modos de habitar. In MATTOSO, José, Dir. [et al.] - *História da vida privada em Portugal: os nossos dias*. Maia: Temas e Debates, 2011. p. 28.

variados, nomeadamente, o caso do quarto da criada, ao qual se deixa de aceder pela cozinha, admitindo assim que o mesmo possa ser usado por um membro da família⁴¹. Uma solução de compromisso pois a hierarquia faz-se sentir nos pormenores, designadamente o soalho com tacos dispostos em “dama”, em vez de espinha de peixe como nas restantes divisões da casa.

Por sua vez a cozinha, equipada originalmente apenas com um tanque, estava longe do conceito de “laboratório da dona de casa”, preconizado por Margarete Schütte Lihottzky, em 1926, enquanto espaço exclusivo à preparação de refeições e equipado com eletrodomésticos estandardizados que permitiam maximizar a relação esforço-eficácia. Na cozinha dos meus avós, ficou patente como foi lenta a aquisição dos eletrodomésticos, porém, outras vizinhas que não tinham a ajuda da criada adquiriram os eletrodomésticos assim que possível.

Relativamente à zona íntima, dos quartos e casa de banho, é de realçar como o corredor é uma solução que permite a privacidade do ciclo «dormir - lavar-se». Elemento compositivo introduzido no período pós-industrial, o corredor fez com “que a casa deixasse de ser uma massa compacta com habitações quase sempre idênticas” e “permitiu o desenvolvimento da forma [da casa] a partir da sua organização interna”⁴². Exemplo do pragmatismo da minha avó foi o aproveitar da parede sul do corredor para encastrar um armário, aumentando assim o limitado espaço de arrumos - uma consequência das reduzidas áreas da casa.

Assim, reparamos como esta planta testemunha soluções de transição entre a planta tradicional e a planta moderna, respondendo tanto às necessidades de uma classe média emergente como às dinâmicas sociais e familiares que ganhavam novos contornos. De entre a complexidade das transformações que se deram no seio da vida familiar do século XX⁴³, iremos dar especial atenção às dinâmicas entre a dona de casa e a criada e ao reflexo destas na vivência do espaço doméstico.

ENTRE INTERIOR E EXTERIOR: FACHADAS, VARANDAS, MARQUISES E O QUINTAL DAS TRASEIRAS

Retomando o tema dos modelos que enformaram a arquitetura do Estado Novo, José Manuel Fernandes e Nuno Teotónio Pereira sublinham como os edifícios de habitação urbana procuraram exprimir a autoridade do estado através de uma “monumentalidade retórica” que se inspirava em modelos nacionalistas de raiz historicista, utilizando vocabulário neoclássico dos estilos joanino e pombalino⁴⁴. Paradigma disso seria a praça do Areeiro

⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 29.

⁴² OLIVEIRA, A., ob. cit., p. 202.

⁴³ SINGLY, François – *Sociologia da família contemporânea*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2011.

⁴⁴ FERNANDES, J.M., ob. cit., p. 39.

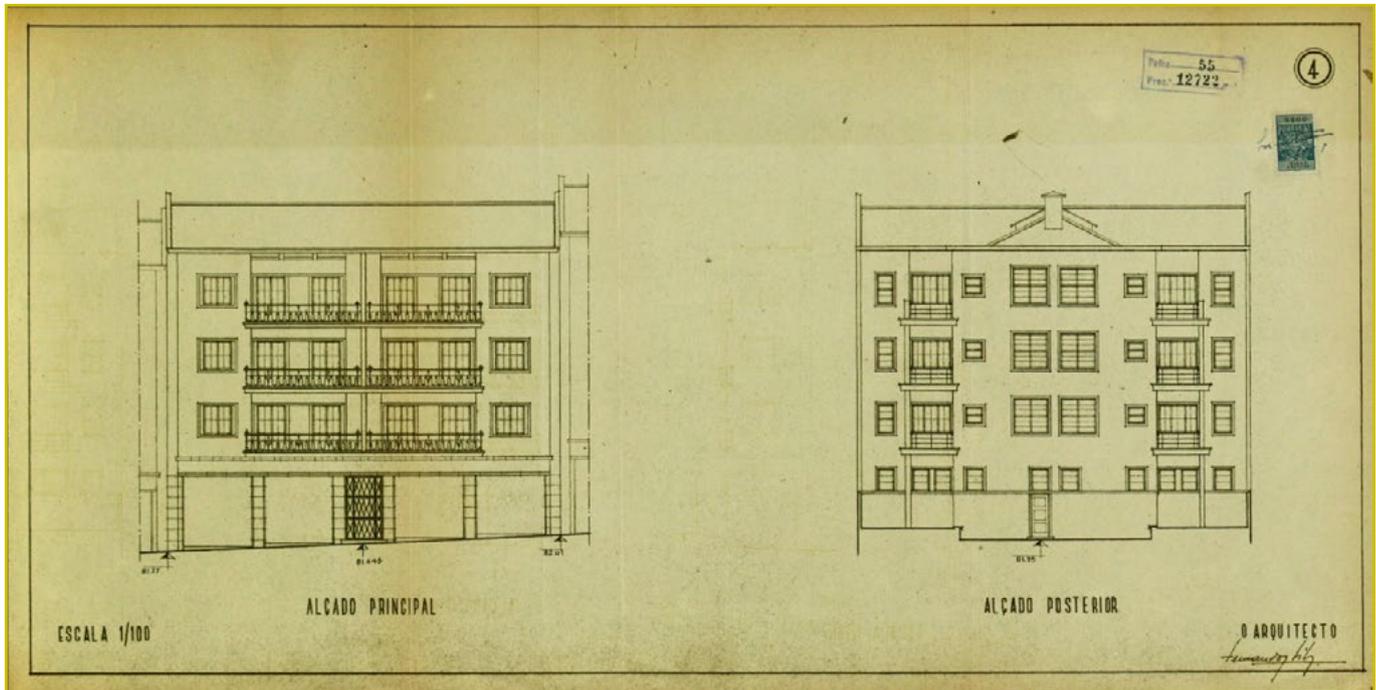


Figura 4 Casa de renda limitada – célula 3, tipo 4, Alçados principal e posterior, AML, *Obra n.º 13300*, Processo n.º 4858/DSC/PG/1949, tomo 1, f. 9.

projetada entre aos anos 30 e 50, pelo arquiteto Cristino da Silva (1896-1976), conjunto descrito como definidor da cidade salazarista⁴⁵.

Os edifícios de casas de renda limitada do bairro de Alvalade impunham necessariamente um estilo menos monumental e, apesar de serem distintos dos prédios de casas de renda económica, torna-se interessante considerar nos princípios que Jacobetty Rosa teve em conta para o desenho das células 1 e 2: procurou-se “o equilíbrio das fachadas, tanto as principais como as posteriores, somente com recurso a formas simples e tanto quanto possível despidas de preocupações de estilo, embora certo ar tradicional fosse imposto pelo programa”⁴⁶.

Na memória descritiva do prédio-tipo da célula 3, discriminam-se os materiais a serem utilizados nas fachadas: a pedra de Lioz de 1ª qualidade para o guarnecimento dos vãos das lojas e das habitações, bem como nos

⁴⁵ ACCIAIUOLI, Margarida – *Casas com escritos: uma história da habitação em Lisboa*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2015. p. 460.

⁴⁶ ROSA, Miguel Jacobetty – Estudo de casas de renda económica. In *I Congresso Nacional de Arquitectura*, I, Lisboa, 1948 – [Relatório da comissão executiva, teses, conclusões e votos do congresso]. Lisboa: Sindicato Nacional de Arquitectura, 1948. p. 276.25.

capamentos das varandas e floreiras; as grades das varandas em ferro forjado com o corrimão em madeira; paramentos, molduras e cimbalhas com acabamento a tinta de óleo; e a porta de entrada também em ferro forjado - sobre o desenho da porta remete-se para um estudo mais pormenorizado⁴⁷.

Por um lado, repara-se como o “ar tradicional” é também procurado na célula 3 e concretizado nomeadamente através dos materiais escolhidos. Por outro lado, a austeridade do programa desenha uma fachada onde predominam linhas verticais e horizontais e as curvas e contracurvas são apenas admitidas no trabalho do ferro forjado. Ao se limitarem ao máximo os elementos decorativos ia-se, por um lado, ao encontro da recusa dos ornamentos defendida pelo movimento moderno e celebrizada no ensaio *Ornamento e Crime* de Adolf Loos, (1908) e, por outro, acentuava-se uma hierarquização do tipo de rendas aplicadas ou a localização dos prédios nos grandes eixos viários - a título de exemplo compare-se a inclusão dos frontões escultóricos nas entradas dos prédios da avenida de Roma.

Relativamente às fachadas posteriores, houve redobrada preocupação em se quebrar a tradicional “fealdade das fachadas posteriores das habitações que tanto comprometem o aspecto de Lisboa” e que apesar de serem nas traseiras de quarteirões fechados acarretavam questões de salubridade e desmazelo tidos como inaceitável⁴⁸. Assim, construíram-se quarteirões amplos onde “o sol e o ar penetram livremente”, densamente arborizados e, no caso das células 1 e 2, atravessados por caminhos pedonais. Apesar disso, não se conseguiram evitar algumas más condições sanitárias principalmente nos pisos térreos⁴⁹ e em 1949 essa preocupação seria tida em conta na urbanização da avenida D. Rodrigo da Cunha.

Referiu-se anteriormente que os edifícios da célula 3 eram compostos apenas por 3 ou 4 pisos e como a solução de quarteirão em ‘U’ fechada aplicada garantiu, através do tradicional quintal das traseiras, a ligação estreita entre espaço habitacional e natureza, um dos princípios transversais à urbanização de Alvalade. Um comentário da minha mãe ilustra a sua perceção sobre a relação entre espaços interior e exterior: “até ao 3º/4º andar, uma mãe consegue chamar o filho da janela, a partir do 5º andar, já é difícil”.

Apesar das preocupações assinaladas, as fachadas posteriores e anteriores continuaram a ter um desenho bastante diferente, o que relembra a obra de R. Venturi, *De l’ambigüité en architecture*, em que se fazem notar como as contradições entre as fachadas anteriores e posteriores denunciam a interação das exigências espaciais interiores e exteriores “- entre les fonctions particulières, privées, et les fonctions générales, publiques”⁵⁰.

⁴⁷ Plano de urbanização da zona a sul da avenida Alferes Malheiro, ob. cit., p. 49.

⁴⁸ A urbanização do sítio de Alvalade, ob. cit., p. 17.

⁴⁹ COSTA, J.P., ob. cit., p. 173.

⁵⁰ VENTURI, Robert - *De l’ambigüité en architecture*. Paris: Dunod, 1971. p. 86.



Figura 5 Marquise - sala de costura da minha avó. Fotografia da autora.

Nas tensões entre interior-externo, anterior-posterior, função-desenho e privado-público, o espaço da varanda transformada em marquise parece-nos merecer atenção especial por refletir estas contradições.

Nas *remodações de 60*, a varanda posterior contínua à sala de jantar foi transformada em marquise. Tal como a varanda da fachada anterior, a varanda das traseiras dos meus avós era utilizada muito esporadicamente em noites quentes de verão ou mais frequentemente para se cuidar das floreiras. Com cerca de 7m², a sua área generosa nas traseiras justificou que este espaço semiprivado fosse transformado em espaço interior e assumir em pleno uma nova função no contexto doméstico. Apesar disso, as oscilações térmicas fazem deste um espaço pouco confortável e a necessidade diária de se correr o reposteiro que separa a marquise da sala de jantar deixa patente como é ténue a linha entre interior-externo.

As janelas estendem-se ao longo de duas paredes em L (4m e 1,5m) tornando este espaço bastante iluminado e, por isso, transformado na zona de trabalho da minha avó. Por sua vez, o vidro martelado garante a privacidade desejada. Voltado para o quintal das traseiras a poente, este é o sítio mais tranquilo da casa e por essa razão procurado pela minha mãe à hora da sesta.

Procurando aumentar as áreas reduzidas das suas casas, mesmo à custa de se pagar a multa inerente a esta obra, a transformação de varandas em marquise alteram as propostas iniciais do projeto (função e desenho), tornam-se elementos que põem em causa a unidade da fachada mas que testemunha a apropriação dos indivíduo ao espaço doméstico, construindo a individualidade de cada casa.

Quando imagino a minha avó a costurar na marquise, vêm-me à memória cenas de interior da pintura holandesa do século XVII. O tema é o mesmo: o interior de uma casa de uma classe social que se afirma; a dona de casa a trabalhar com a luz vinda da janela; a janela enquanto elemento definidor de uma arquitetura que se quer “harmoniosa, confortável e digna” e como Kenneth Clark especulou, uma arquitetura que é fruto de um emergente sistema económico⁵¹.

O quintal das traseiras podia ter sido partilhado pelos inquilinos conforme era regulamentado mas o seu uso foi cedido aos porteiros que o transformaram em horta com um galinheiro. Assim, o quintal foi sempre um sítio inacessível, visto a partir da janela da cozinha. Daí vê-se também, no lado norte do quarteirão, a chaminé da padaria da rua Augusto Palmeirim. Uma chaminé típica de fornos a lenha: vertical, afunilada, escura da cor do tijolo de brique. Durante décadas, o cheiro a pão fresco inundava a cozinha aquando das fornadas de pão da manhã e da tarde. Pelas 6h, a padeira Sra. Maria deixava o pão do pequeno-almoço no saco pendurado à porta de casa e antes do almoço a minha avó ou a Graça iam comprar mais pão para o resto do dia. Entretanto, a padaria deixou de funcionar, mas a chaminé impõe-se na paisagem relembrando que o pão cozido a lenha ainda é um passado recente na vivência urbana da cidade.

DO NASCER AO PÔR-DO-SOL

Para além da padeira, o leiteiro passava pela manhã e, neste caso, os clientes podiam escolher duas modalidades: deixar a garrafa à porta de casa mas pagar mais ou descer até à rua, abastecer-se diretamente da bilha e pagar menos. Posteriormente passou a ter um carrinho de mão mas desapareceu pouco depois quando começaram a abrir leitarias, como a Leitaria Minerva, que ficava no prédio dos meus avós.

A minha avó saía por volta das 8h para ir ao mercado. O mercado definitivo inaugurou em 1964, sendo que até então todos os dias se montava o mercado de levante na praça em frente ao edifício que se construía. O mercado de levante oferecia de tudo, exceto carne, que era vendida nos talhos do bairro.

Apesar de a minha avó ser excelente cozinheira, normalmente só cozinhava quando havia algo especial: biscoitos em S aos fins-de-semana, filhoses no natal ou bolos em miniatura para os aniversários dos filhos.

⁵¹ CLARK, Kenneth – *Civilização*. São Paulo: Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília, 1980. p. 217.



Figura 6 Mercado de Levante inaugurado no bairro de Alvalade (1949-07-01). AML, J.C. Alvarez, PT/AMLSB/AVZ/000060.

Os trabalhos matinais incluíam lavar a roupa à mão no tanque. As segundas-feiras eram o dia da roupa branca: aquecia-se a água em barreiras (panela de 20 litros de água) e uma vez fervida, vertia-se para o tanque; migava-se o sabão e esfregava-se a roupa. O meu padrinho, que cresceu também no bairro de Alvalade, recorda como era intenso o cheiro da roupa lavada quando se passava pelas traseiras dos prédios.

O meu avô vinha almoçar a casa praticamente todos os dias. O almoço tinha de estar invariavelmente pronto às 13h. A minha avó ocupava-se a costurar roupas para a família. A minha avó fazia de tudo, desde casacos e fatos, a camisolas de lã. Ao domingo, o almoço era acompanhado pelo programa da rádio *Parada da paródia* do Patilhas e Ventoinha.

Nos dias de semana, o jornaleiro passava pelas 15h e entregava o vespertino *Diário Popular*. ‘Entregar’ não é propriamente o termo, pois conforme subia a rua, o jornaleiro atirava o jornal para as varandas dos assinantes. O jornal embatia na janela do quarto da minha mãe e caía no chão da varanda. A minha mãe recorda o som do jornal a embater na janela "(...) janela após janela, após janela (...)".

Nas tardes livres a minha avó ia com os filhos e os vizinhos passear até ao jardim do Campo Grande. Quando os meus tios ficaram mais velhos, encontravam os amigos no café ou a jogar à bola por todos os descampados existentes antes de se darem as construções. Conforme desapareciam os espaços vazios, passaram a alugar o campo de futsal na FNAT - Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (1959). Outro local de encontro era a esplanada do aeroporto de onde se viam os aviões a aterrar: 3 - era o número máximo de aviões que aterravam numa tarde dos anos 60.

Ao contrário dos meus tios, a minha mãe passou muito tempo da sua infância e juventude em casa, a estudar e a tocar piano, em casa de amigas, a brincar ou a ter aulas de desenho. Na juventude, as idas ao cinema eram importantes momentos de saída da rotina caseira e a programação do cinema Quarteto (1975 - primeiro multiplex do país) alargava as possibilidades de saída.

Depois do jantar, o serão podia ser passado a ouvir teatro na rádio e, sempre que o clima assim o permitisse, o meu avô gostava de fazer caminhadas, com um ou outro amigo, indo frequentemente até à praça de Espanha. A primeira televisão do prédio foi adquirida pela família Santos, por volta de 1960. As famílias dos três amigos - Santos, Marques e Lopes - sentavam-se no 2º direito, em cadeirinhas alinhadas em frente à televisão para ver o programa que terminava às 22h; altura em que se ia para a cama e se colocava o saco do pão na porta de entrada, verificando se no interior estava o papelinho com o pedido de carcaças para a manhã seguinte.

CICLO «TRABALHAR-DESCANSAR»

De entre os três ciclos considerados no projeto, debruçamo-nos sobre o ciclo «trabalhar-descansar». A propósito dos espaços de trabalho, reparámos como o espaço de trabalho do meu avô estava resumido a uma escrivaninha; enquanto que, para a minha avó se transformou a varanda na sua sala de costura.

Porém, a casa enquanto local e objeto de trabalho em si, está intimamente associado, no caso desta família, à existência de uma criada interna: a Graça. De entre a lista de trabalhos da manutenção da casa, encontravam-se as grandes limpezas anuais feitas depois do Verão quando se regressava a Lisboa. Tirava-se tudo dos armários para se arejar, limpavam-se aqueles objetos que nunca eram usados, como o serviço de loiça para convidados especiais, e lavavam-se as paredes, na época pintadas a tinta de óleo.

Antes de se ter comprado uma enceradora elétrica, encerar o chão era outra tarefa exigente fisicamente e, conforme a utilização das divisões, requeria uma regularidade quinzenal ou mensal: remove-se a cera antiga

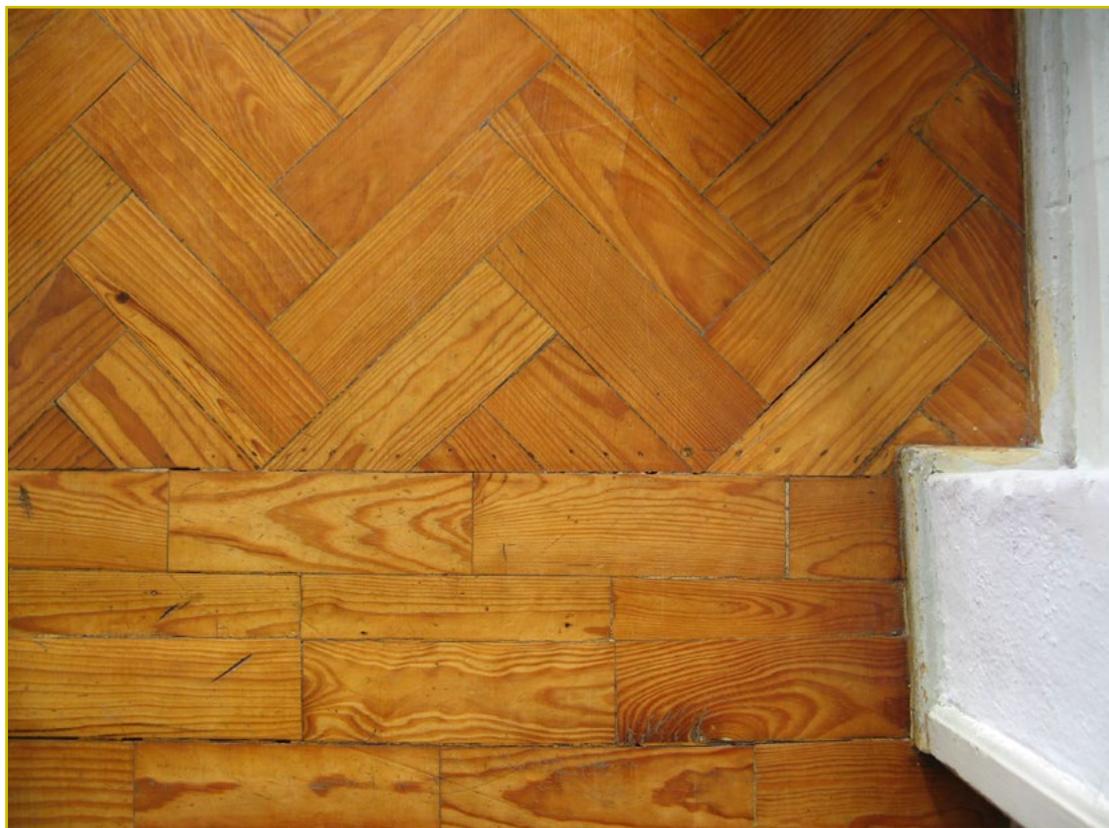


Figura 7 Soalho em madeira.
Fotografia da autora.

com palha-de-aço, limpa-se o chão com um pano húmido e aplica-se a cera com um pano macio; depois de o piso estar seco, esfrega-se com força o chão com uma flanela para ficar bem polido. No início da década de 70, o chão foi alcatifado para se evitar o trabalho de encerar e as paredes foram pintadas a tinta de água deixando de se poder lavar.

A propósito das relações entre a casa, a Graça e a da minha avó, é interessante reparar que apesar de terem parâmetros distintos, as fronteiras entre o trabalho e a família são ténues e exemplos do tipo de contradições que motivaram mudanças no seio familiar em meados do século XX⁵². Em comum têm o facto de o seu local de trabalho ser o mesmo que o seu espaço doméstico. No caso específico da Graça, será que questionou a falta de privacidade do seu ofício mas nunca chegou a reivindicar o seu estatuto de criada como acontecia na época?⁵³.

⁵² SINGLY, F., ob. cit.

⁵³ ACCIAIUOLI, M., ob. cit., p. 608-610.



Figura 8 “A Dama e o Unicórnio”, pormenor da tapeçaria meio ponto bordada pela minha avó. Fotografia da autora.

No caso da minha avó, como é que assimilou as suas próprias contradições: por um lado, defendia convictamente a igualdade entre géneros e fez questão de que a sua filha tirasse um curso superior; por outro, o seu papel estava associado à de esposa, mãe – responsável pela educação dos filhos - e dona de casa – sem independência financeira, partilhava tarefas com a Graça e confeccionava o vestuário para a família. Será que as identidades individuais de ambas eram uma questão ou viveram pacientes mas conscientes da transição de modelos que se operavam na sociedade - entre um sentimento de comunidade familiar assente nas relações intrafamiliares que se circunscrevem ao círculo doméstico, e o fortalecimento do indivíduo que se liberta numa sociedade transformada pela urbanização e o crescimento dos meios de comunicação⁵⁴?

Debruçando-nos agora sobre o «descansar» e reparamos que no caso da minha avó está intimamente associado ao *decorar a casa*. Os objetos decorativos da casa dos meus avós foram praticamente todos feitos nos tempos livres da minha avó e, mais uma vez, a marquise era o local ideal. De entre os objetos contam-se: o espelho do vestíbulo com moldura em estanho trabalhado, os pratos pintados à mão que estão pendurados por cima do aparador da sala de jantar, a mesinha em vidro pintado que se encontra no centro da sala de estar, as molduras

⁵⁴ SINGLY, F., ob. cit., p. 15.

com as fotografias dos filhos, os nichos para os santos, as caixas em laca para guardar as joias, as mísulas em madeira para sustentar pequenas estatuetas (...). Na época do natal, a minha avó guiava-se pelas revistas de decoração e criava enfeites para pendurar nas paredes ou compor os centros de mesa.

Às vezes, depois do jantar, se ficasse muito tempo sentada à mesa a minha avó pegava nos restos de miolo de pão e começava a fazer pétalas e caules de flor. O “descansar” da minha avó era uma meditação manual constante. De entre todos os seus trabalhos, destaca-se a tapeçaria a meio ponto com a cena “A dama e o unicórnio”. Mede 1,10m x 1,65m e a minha avó levou cerca de 3 anos a completá-la.

Quando nos anos 2000, a minha avó pendurou a tapeçaria na recentemente transformada sala de estar e considerou que a sala estava finalmente terminada. É claro que, parte do ritual de *mostrar a casa* a um convidado que venha pela primeira vez, passa por lhe mostrar os objetos feitos pela minha avó.

EPÍLOGO: ENTRE A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO E A IDENTIDADE DA CASA

Chegados a este ponto, propõe-se uma abordagem final à luz das noções de ‘apropriação do espaço doméstico’ e de ‘identidade da casa’. Esta abordagem segue a reflexão de Avelino Oliveira⁵⁵ que, por sua vez, remete para a obra de diferentes autores. Levando em consideração os aspetos que têm sido expostos, compreende-se a definição da ‘apropriação de espaço doméstico’, baseada na classificação de *habitat interior* proposta por Alberto Eiger, “como sendo a ideia de uma representação global de *habitat* que inclui o mobiliário, os objectos e também a distribuição dos membros da família e as suas localizações no espaço habitável”⁵⁶. Nesta linha de pensamento, Kimberly Dovey defende que “a casa representa uma experiência completa de interiorização desenvolvida no espaço e ao longo do tempo”. Para estes autores, o *habitat interior* representa tanto o lado material, na sua dimensão espacial e técnica, como a parte imaginária que representa “a história comum” e na qual atuam “valores de ordem imaterial, como o desejo, a vontade, a memória e o tempo”⁵⁷. A. Oliveira acrescenta o conceito de *eu-casa*, relacionando-o com a noção de conforto, que entende numa perspetiva identitária e diacrónica, em que o indivíduo se apropria dos espaços onde mais gosta de desempenhar uma atividade que lhe traga prazer, como por exemplo “o canto da sala onde gostamos de ler um livro”⁵⁸.

Paralelamente, a noção de “identidade da casa” considera a casa enquanto elemento ativo na vida do seu habitante e dotado de identidade própria. Citando João Pina Cabral a casa, “mais do que uma estrutura física, é uma entidade moral, social e espiritual que tem atributos independentes dos seus habitantes”⁵⁹. Este conceito leva-nos a ter em

⁵⁵ OLIVEIRA, A., ob. cit., p. 211.

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁷ Idem, *ibidem*.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 213.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 211.



Figura 9 Almoço de família, c. 1970. Fotografia da autora.

conta considerações dos meus tios e da minha mãe ainda não mencionadas: a casa é por eles descrita enquanto local de convívio procurado pelos parentes e espaço agregador onde se reforçavam os laços com a família mais alargada. Isso deve-se ao facto de os meus avós terem ajudado tanto os familiares que se encontravam em Lisboa, como os que viviam na aldeia no concelho de Tomar e os que tinham emigrado. Ofereceram por exemplo a viagem ao tio António, emigrado no Brasil, para que pudesse vir de férias a Portugal. Esse momento ficou registado na fotografia aqui presente, na qual a família pousa ao redor da mesa da sala de jantar.

Outras celebrações foram comemoradas nesta mesa, como os copos-de-água de casamentos de sobrinhos ou almoços de batizados.

Atualmente a casa dos meus avós atravessa um momento de transição entre gerações e a sua identidade será necessariamente reajustada. “[...] Lugar onde se desenrolam as nossas vidas, que nos serve de referência e que se



Figura 10 Inauguração do monumento a Santo António, escultor António Duarte, 1972.

AML, João Brito Geraldes, PT/AMLSB/JBG/S01759.

esvazia após a nossa morte”⁶⁰, esta casa esvazia-se mas a sua vida não se encerra. Quiseram os filhos comprá-la após a morte da minha avó, provavelmente sem reparar que a identidade da própria casa já tinha começado a transformar-se uns anos antes: a *casa dos meus avós*, começou a deixar de o ser quando o mobiliário do quarto dos meus avós teve de ser espalhado pelas outras divisões devido aos cuidados próprios da sua velhice.

Herdamos a casa e herdamos a responsabilidade de continuar a usá-la enquanto elemento agregador da nossa vida familiar mas também de lhe dar uma nova identidade. Uma identidade que será naturalmente o reflexo das

⁶⁰ACCIAOULI, M., ob. cit., contracapa.

transformações dos sistemas familiares que se enunciam em novas relações conjugais, parentais e laborais; uma casa equipada com tecnologia e mobiliário que segue as novas tendências e o gosto da geração que a habitará; uma casa transformada com a remodelação de espaços que se adaptam a interpretações contemporâneas de privado e público; uma casa que será interiorizada como espaço de sonhos, de novos projetos de vida.

A capacidade de adaptação de uma casa está intimamente relacionada pela sua envolvente e como conclusão parece-nos relevante alargar a discussão à escala urbana. Observa-se atualmente uma regeneração do bairro de Alvalade, sendo que a primeira geração de inquilinos está a ser substituída por uma nova geração. A célula 3, por exemplo, continua a ter um comércio ativo e com capacidade de adaptação às necessidades de consumo contemporâneas. Passados quase 70 anos desde a sua conceção, seria pertinente fazer uma análise transdisciplinar deste bairro para que se analisassem as dinâmicas contemporâneas. Ficam algumas pistas de investigação: Quem são os novos habitantes que procuram o bairro? Quais são as características mais valorizadas no bairro por quem o procura? As escolas e os parques urbanos continuam a ser unidades de vizinhança? Quais as dinâmicas geradas por equipamentos recentes, como a biblioteca dos Coruchéus? De que maneira tudo isto é testemunho da qualidade do projeto urbanístico inicial? E quais são os objetos que, na memória coletiva dos seus habitantes, simbolizam este bairro?

Um desses símbolos de Alvalade, a praça de Santo António, foi inaugurado em 1972, marcando o término da construção do bairro⁶¹. No entanto, a vida dos seus habitantes fez com que, na realidade, continuasse a ser um bairro em constante transformação.

⁶¹ TOSTÕES, Ana Cristina – O bairro de Alvalade. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 522.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA

Igreja São João de Brito: fachada principal (1959), Armando Seródio, PT/AMLSB/SER/I00346.

Inauguração do monumento a Santo António: escultor António Duarte (1972), João Brito Geraldès, PT/AMLSB/JBG/S01759.

Mercado de levante inaugurado no bairro de Alvalade (1949-07-01), J. C. Alvarez, PT/AMLSB/AVZ/000060.

[*Terrenos da zona artesanal do Bairro de Alvalade junto ao mercado*], PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0787.

Obra nº 13300, Processo n.º 4858/DSC/PG/1949, tomo 1, f. 5 e 9.

Obra nº 13300, Processo n.º 12722/DAG/PG/1948, tomo 1, f. 43-51.

Obra nº 14706, Processo n.º 1430/DAG/PG/1949, f. 4-5.

BIBLIOGRAFIA

ACCIAIUOLI, Margarida – *Casas com escritos: uma história da habitação em Lisboa*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2015.

ANDRÉ, Paula - *Viagens e construções experimentais: investigação e inovação na cidade* [Em linha]. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINÂMIA'CET-IUL, 2012. Trabalho apresentado em Segundas Jornadas de Investigação e Inovação: Cidades e Desenvolvimento, Lisboa, 2012. p.1-12. [Consult. 30.12.2015]. Disponível na Internet: http://jornadas2012.lnec.pt/site_2_Cidades_e_Developolvimento/RESUMOS/T3_ANDRE_r054.pdf.

CLARK, Kenneth – *Civilização*. São Paulo: Martins Fontes; Editora Universidade de Brasília, 1980.

COSTA, João Pedro – *Bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português*. 4ª ed. Lisboa: Livros do Horizonte, 2010.

FERNANDES, José Manuel; PEREIRA, Nuno Teotónio - *A arquitetura do fascismo em Portugal. Arquitectura Portuguesa*. Lisboa: [s.n.]. N.º 142 (1981), p. 38-49.

LISBOA. Câmara Municipal- *A urbanização do sítio de Alvalade*. Lisboa: Câmara Municipal, 1948.

LISBOA. Câmara Municipal - *Grandes problemas de Lisboa: a construção de casas de renda económica. Revista Municipal* [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal. N.º 26 (1945), p. 33-50 [Consult. 28.12.2015]. Disponível na Internet: http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N26/N26_item1/P37.html.

LOBATO, Luís Guimarães - *A experiência de Alvalade. Técnica: Revista de Engenharia* [Em linha]. Lisboa: [s.n.]. N.º 209-210 (1951), p. 329-340 [Consult. 28.12.2015]. Disponível na Internet: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/ExposicoesVirtuais/Alvalade/bairroConstrucao/Tecnica_revistadeEngenharia_N209-210_Fev-Mar1951_p329-340.PDF.

- LOBATO, Luís Guimarães - *O problema da habitação em Lisboa: subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Câmara Municipal, 1950. Comunicação apresentada no II Congresso das Capitais, Lisboa, 1950.
- OLIVEIRA, Avelino – *A casa compreensiva: um percurso sobre a concepção arquitetónica das tipologias de habitação*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015.
- PEREIRA, Nuno Teotónio – A arquitetura de regime: 1938-1948. In BECKER, Annette [et al.] - *Arquitectura do século XX: Portugal*. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1998. p. 33-39.
- PEREIRA, Sandra Marques – Cenários do quotidiano doméstico: modos de habitar. In MATTOSO, José, dir. [et al.] - *História da vida privada em Portugal: os nossos dias*. Maia: Temas e Debates, 2011. p. 16-47.
- ROSA, Miguel Jacobetty – Estudo de casas de renda económica. In CONGRESSO NACIONAL DE ARQUITECTURA, 1, Lisboa, 1948 – [Relatório da comissão executiva, teses, conclusões e votos do congresso]. Lisboa: Sindicato Nacional de Arquitectura, 1948. p. 276.25.
- SALAZAR, António de Oliveira [et al.] – Uma época em palavras e imagens: extratos. *Arquitectura*. Lisboa: [s.n.]. Nº 142 (1981), p. 50.
- SINGLY, François – *Sociologia da família contemporânea*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2011.
- TEIXEIRA, Manuel – As estratégias de habitação em Portugal: 1880-1940. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XXVIII, Nº 115 (1992), p. 65-89.
- TOSTÕES, Ana Cristina - *Arquitetura portuguesa do século XX*. In PEREIRA, Paulo, dir. - *História da arte portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. vol. 3, p. 507-547.
- TOSTÕES, Ana Cristina – O bairro de Alvalade. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 519-522.
- VENTURI, Robert – *De l'ambigüité en architecture*. Paris: Dunod, 1971.

